



DADOS DO EDITAL		
<b>I. Regência legal da Licitação:</b>		
LE LEI FEDERAL Nº 14.133/21 LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES POSTERIORES NO QUE COUBER. DECRETO MUNICIPAL N.º 010/2024 DECRETO MUNICIPAL N.º 022/2023		
<b>II. Repartição interessada e setor:</b>		
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TENOLOGIA - SEMGIT		
<b>III. Modalidade:</b>	<b>IV. Numero de Ordem:</b>	
PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO ADM	043/2026 6562/2025	
<b>V. Objeto da licitação:</b>		
Elaboração de registro de preços para aquisição de <b>EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR, DESKTOP, NOTEBOOK E SERVIDOR)</b> , os quais irão atender as demandas da administração municipal de Candeias/BA.		
<b>VI. Tipo de licitação:</b>	<b>VII. MODO DE DISPUTA:</b>	
Menor Preço/lote	Aberto	
<b>VIII. Regime:</b>	<b>IX. Prazos:</b>	
Parcelada	Vigência da Ata: 12 (doze) meses	
<b>X. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INICIO DA SESSÃO PUBLICA DA LICITAÇÃO:</b>		
<b>Sítio Eletrônico:</b>	<a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>	
<b>DATA DA SESSÃO:</b>		
21/05/2026 às 09:00 horas		
O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.		
<b>XI. Local, Horário e Responsável pelos Esclarecimentos sobre este Edital:</b>		
<b>Pregoeiro:</b> Gilmara Lisboa <b>Decreto:</b> 002 de 21/01/2026	<b>Endereço:</b> Prefeitura Municipal de Candeias, Avenida dos Três Poderes, S/N, Ouro Negro, Candeias-Bahia, CEP 43.805-350.	
<b>Email:</b> <a href="mailto:licitacao.pmcandeias@gmail.com">licitacao.pmcandeias@gmail.com</a>	<b>Tel.:</b> (71) 3599-0011 – Ramal: 3006	<b>Horário de atendimento:</b> 8:00 às 14:00
<b>XII. OBSERVAÇÕES:</b>		
OS INTERESSADOS DEVERÃO ACOMPANHAR AS MENSAGENS REFERENTES A ESTA LICITAÇÃO (RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS, ETC.) NO SITE DE LICITAÇÕES DO (WWW.LICITANET.COM.BR), SENDO EXCLUSIVOS RESPONSÁVEIS PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PORTAL.		



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 043/2026**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado PREGOEIRO(A), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitanet", constante da página eletrônica **www.licitanet.com.br**, coordenador do site.

**2. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR DESKTOP, NOTEBOOK E SERVIDOR)**, visando atender as necessidades de toda rede vinculada à Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia - SEMGIT.

**3. REGÊNCIA LEGAL**

3.1. LEI FEDERAL Nº 14.133/21;

3.2. LEI COMPLEMENTAR Nº 123 e alterações posteriores no que couber;

3.3. DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2024;

3.4. DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2023;

**4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema **licitanet**.

4.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas junto Licitanet.

4.3 Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Licitanet, devidamente justificado.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Licitanet a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 A comprovação de que trata o subitem 5.10, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal
- c) Certidão simplificada em nome da licitante, expedida pela Junta Comercial do Estado;



d) Declaração do próprio licitante, atestando, sob as penas da lei, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.8 Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema licitanet devem ser obtidos, exclusivamente, junto a plataforma.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1 Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao LICITANET, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.2 A participação na presente licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste edital, dos seus Anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes;

5.3 A participação no pregão eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido. Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), opção "Acesso **identificado**".

5.4 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

5.4.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

5.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

5.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.7 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

5.8 Não será permitido no certame empresas reunidas em consórcio constituído especificamente para executar o objeto desta licitação.

5.9 Esta licitação disponibiliza o lote 02 para participação exclusiva das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

5.10 As ME e EPP poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na LC 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.

5.11 As empresas enquadradas na situação de ME e EPP deverão comprovar tal condição em uma das opções contidas no item 4.7 do edital.

5.12 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação, a conformidade de sua proposta com as exigências do edital e a sua condição de ME/EPP.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;



6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Os documentos exigidos neste edital para serem anexados via sistema, poderão ser apresentados em original (escaneado) ou por qualquer processo de cópia simples autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da administração ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda extraídos da internet, sujeitos a consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade na internet.

6.9. Os documentos anexados escaneados do original e que não possuam autenticação por tabelião de notas, poderão vir acompanhados de cópia de documento de identificação oficial da pessoa responsável pela sua assinatura. Nestes casos, tal documento será autenticado pelo servidor da administração com base no artigo 3º da Lei Federal 13.726/2018, que versa sobre a desburocratização.

6.10. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital apresentado, será solicitado pelo pregoeiro a apresentação dos originais, sob pena de desclassificação quando não apresentado no prazo concedido.

6.11. Originais ou cópias autenticadas, caso sejam necessários, deverão ser encaminhados para no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte da convocação, em envelopes fechados e lacrados, indicando na sua parte frontal: Setor de Licitação/Prefeitura Municipal de Candeias, para o endereço informado no item XI do preâmbulo do edital.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

### DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:

7.1.1. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção "Acesso *identificado*", na página inicial do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), observados datas e horários limites estabelecidos no item X do preâmbulo do edital. **O licitante informará no campo descrição/observações do sistema eletrônico a descrição completa do item e a marca, sendo aceito o termo "conforme edital".**

7.1.3. No preenchimento da proposta no campo eletrônico do sistema, é vedado à identificação do licitante, sob pena, de desclassificação. Nos casos em que a marca ofertada for o próprio nome do licitante, a empresa deverá utilizar o termo "marca própria".

7.1.4. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento a aceitação, por parte da licitante, das exigências e condições estabelecida neste Edital e seus Anexos.

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.6. A proposta eletrônica deverá indicar o preço global por lote ou preço total do item quando for o caso, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e expresso em moeda corrente nacional (R\$).

### 7.2 DA PROPOSTA ESCRITA:

7.2.1 A proposta escrita, reformulada (em caso de lances eventualmente ofertados durante a disputa de preços), deve ser apresentada na forma do Anexo II (modelo de proposta de preços) deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone, e-mail e pessoa de contato;

b) Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, **com no máximo duas casas decimais;**

c) Prazo de Execução: Os serviços serão executados de acordo com as necessidades e conveniência da Contratante, podendo ser de forma contínua ou parceladamente.

d) Prazo de validade de proposta não inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, contado a partir da data de apresentação;



e) Dados para assinatura do contrato/ata, assim como, os dados bancários.

7.2.2 A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução da obra desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7.2.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.2.4 O licitante só poderá incluir em sua proposta dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o(s) material(is) ofertados necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do(s) material(is).

7.2.5 Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

### **7.3 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA**

#### **7.3.1 Os licitantes deverão anexar no sistema juntamente com a proposta realinhada os seguintes documentos:**

7.3.2 Documento de identificação do responsável pela assinatura da proposta de preços e demais documentos apresentados. Caso as documentações estejam assinadas por procurador, deverá ser anexada junto com o documento de identificação a procuração concedendo os devidos poderes.

7.3.4 As empresas deverão apresentar catálogo de todos os produtos ofertados, junto com a proposta de preços.

7.3.5 O catálogo apresentado deverá ter as marcas e as especificações iguais ao da proposta financeira, que deverão obedecer às indicações do edital. Ocorrendo necessidade a Administração Municipal poderá solicitar amostra dos produtos.

### **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.

8.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

### **9. FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA**

9.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário fixado e as regras de aceitação estabelecidas no edital.

9.2 Os lances formulados deverão indicar **PREÇO TOTAL**.

9.3 O sistema não aceitará lances do mesmo valor prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o **ITEM/LOTE**.

9.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do





menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**9.6 Durante a fase de lances se houver um envio de lance equivocado, isto é, com erro de digitação ou incongruência de valores, para que não ocorram prejuízos à Administração com a queda em cascata dos preços, o(a) Pregoeiro(a) poderá cancelar este lance de modo a propiciar ordem à disputa.**

**9.6.1 Após a exclusão pelo(a) Pregoeiro(a) do lance considerado equivocado, o licitante poderá reapresentá-lo, caso entenda que a exclusão foi indevida. Quedando-se inerte o licitante, o(a) Pregoeiro(a) entenderá como aceito o cancelamento, o que não impossibilitará o licitante de permanecer na disputa com oferta de novos lances.**

**9.7 SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA ABERTO:** a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

9.7.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 9.7, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.7.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

- a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.7.3 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

9.7.4 Após o reinício previsto no item 9.7.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.7.5 Encerrada a etapa de que trata o item 9.7.4, o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

- a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**9.8 SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO:** a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.

9.8.1 Encerrado o prazo previsto no item 9.8, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.8.2 Após a etapa de que trata o item 9.8.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.8.3 No procedimento de que trata o item 9.8.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.8.4 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.8.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 9.8.3.

9.8.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.8.2 e 9.8.4, o sistema ordenará e divulgará os lances



da seguinte forma:

- a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**9.9 SE FOR ADOTADO O MODO DE DISPUTA FECHADO E ABERTO:** somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, na forma disposta no item 9.7, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

9.9.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.9, poderão oferecer novos lances sucessivos, na forma disposta no item 9.7, os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas inclusive as empatadas.

9.9.2 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

9.9.3 Após o reinício previsto no item 9.9.2, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

9.9.4 Encerrada a etapa de que trata o item 9.9.3, o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

- a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.12 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/21;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 11.430/23;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.12.1 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

9.12.2 As regras previstas no item 9.12 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06

9.13 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.13.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13.2 O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a





proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.13.3 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.14 Ao final da fase de lances, caso a empresa arrematante tenha registrado lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço estimado pela administração, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar apresentação de planilha de COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS.**

**9.15 Para a comprovação dos preços ofertados e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.) poderá ser solicitada a apresentação de Notas Fiscais e documentos equivalentes.**

9.16 Caso a referida composição de preço seja requerida pelo(a) Pregoeiro(a), a empresa arrematante do lote deverá apresentar a planilha no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação.

9.17 Após a finalização da licitação, os licitantes poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a) via Sistema, acessando a sequência: "Consultar lotes", acessar o LOTE desejado, e "Incluir Mensagem".

9.17.1 Estes questionamentos serão respondidos pelo(a) Pregoeiro(a), acessando a mesma sequência.

## 10. PROCEDIMENTOS

10.1 O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.2 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.3 Encerrada a disputa, o sistema identificará situação de empate ficto entre as microempresas e empresas de pequeno porte participantes em relação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte.

10.4 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.5 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a convocação automática para tanto.

10.6 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.7 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.7.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.8 Após negociação o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.8.1 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.8.2 O não encaminhamento dos documentos, conforme prazo estipulado no subitem 10.8 deste edital, caracterizará desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

10.9 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1 Encerrada a fase de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor orçado pela administração para a contratação.

11.2 Na hipótese da constatação de erros de somas e/ou produtos nas planilhas apresentadas, o pregoeiro procederá diligência para que a licitante efetue a correção dos cálculos, adotando seus preços unitários e os quantitativos da planilha, passando o resultado a ser o novo preço global da Proposta de Preços. Caso a licitante não atenda a diligência, a mesma será DESCLASSIFICADA.

11.3 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar cotação de opção de produto (proposta alternativa);
- d) apresentem cotação com quantitativos divergentes do Projeto Básico;
- e) apresentar preços inexequíveis;
- f) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- g) **apresentar valores unitários e global acima dos valores constantes na Planilha do Edital;**
- h) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final após a negociação superior ao estimado pela administração para a contratação ou que apresentar preço manifestamente inexequível, ou ainda que apresentar proposta final com mais de duas casas decimais.

11.4.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.11 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.12 O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.12.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.12.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante detentor da melhor proposta, observado o disposto neste Edital.



#### 11.14 DA AMOSTRA

11.14.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, poderá ser solicitado do interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

11.14.2 As amostras poderão ser entregues ou enviadas para o setor de Licitação, localizado no paço Municipal, Avenida dos Três poderes S/N Ouro Negro no prazo limite de 02 (dois dias) úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

11.14.3 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

11.14.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

#### 12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será analisada em seguida a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

12.2 Após a solicitação encaminhada pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá apresentar pelo **licitanet**, no prazo máximo de 02 (duas) horas e nos termos deste Edital, a documentação relacionada neste capítulo, para fins de habilitação

12.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.7 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.8 No julgamento da habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas considerados formais e ou materiais, com o objetivo de obtenção da proposta mais vantajosa para administração mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação.

12.9 Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

##### 12.10 Habilitação jurídica:

12.10.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

12.10.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.10.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



12.10.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **12.11 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

12.11.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.11.2 prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

12.11.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.11.4 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante

12.11.5 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.11.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.11.7 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, conforme modelo do anexo III, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salve em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.11.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.11.9 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

#### **12.12 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

12.12.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.12.2 Quando não houver data de validade na certidão, será considerado o prazo de 60(sessenta) dias.

12.12.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial, deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e acompanhado da Certificado de Registro Profissional – CRP.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

#### **12.13 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.13.1 Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

12.13.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.13.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos



atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do órgão Gerenciador e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 13. DAS DECLARAÇÕES

13.1 Para fins de habilitação, fica ainda exigida a apresentação de **declaração** formal e expressa do licitante, conforme Anexo V, devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que:

- a) aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) executará as obras de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Candeias;
- c) obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Candeias, durante a execução da obra;
- d) entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Candeias;
- e) inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação.

13.2 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.3 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.4 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 14. DOS BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP

14.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

### 15. DOS RECURSOS

15.1 Qualquer licitante poderá manifestar a **intenção de recorrer**, no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o julgamento da proposta e no prazo máximo de 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor no site <http://www.licitanet.com.br>. O prazo para apresentação das razões do recurso será concedido em fase única, após o julgamento da habilitação, em até 03 (três) dias úteis para **apresentação das razões do recurso**. Ficam os demais licitantes intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.1.1 A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.





- 15.2 O não oferecimento de razões no prazo previsto no item 15.1 fará deserto o recurso.
- 15.3 A falta de manifestação do licitante, no prazo descrito no item anterior, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.
- 15.4 Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 15.5 A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo(a) Pregoeiro(a).
- 15.6 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo os relativos aos atos de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas.
- 15.7 A decisão do(a) Pregoeiro(a) sobre o recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 15.8 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.9 As razões do recurso deverão ser anexadas no sistema do LICITANET e poderão ser recebidas pelo endereço eletrônico [copel.pmcandeias@gmail.com](mailto:copel.pmcandeias@gmail.com).
- 15.10 Não serão conhecidos os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax
- 15.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.12 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 15.13 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 17.1 Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do certame.
- 17.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, no LICITANET, poderão ser recebidas pelo endereço eletrônico [licitacao.pmcandeias@gmail.com](mailto:licitacao.pmcandeias@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no item XI do preâmbulo do edital, devendo ser acompanhada de documentos que comprovem os poderes de quem assinou a impugnação.
- 17.3 Não serão conhecidas as impugnações interpostas depois de vencido o prazo legal.

## **18. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 18.1. Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços mediante Ata de Registro de Preços, a serem firmados entre a licitante vencedora e a administração, após a convocação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 18.2. A licitante, incluída na Ata de Registro de Preços, está obrigada a celebrar os instrumentos contratuais nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata, quando convocado.
- 18.3. A Ata de Registro de Preços destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.
- 18.4. É facultado à Administração, havendo recusa da licitante vencedora em atender a convocação no prazo mencionado acima, convocar o 2º colocado e assim sucessivamente, na ordem de classificação pelo





menor preço, para assinar a Ata de registro de preços nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a licitação. Contudo, antes de tal convocação, deverão ser examinados os seus documentos habilitatórios, que deverão atender às exigências editalícias.

18.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.7. O Órgão Gerenciador convocará o promitente fornecedor para retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente fornecedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo órgão comprador.

18.8. A contratação de que trata o subitem 18.7, deverá ser efetuada com os fornecedores registrados por intermédio de Nota de Empenho, bem como pela Ordem de fornecimento ou por outro instrumento hábil, em conformidade com o edital e com o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.9. Para cada fornecimento será emitido uma Nota de Empenho ou documento equivalente.

18.10. No ato da retirada da Nota de Empenho ou documento equivalente, o promitente fornecedor deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu preposto para tanto, em nome da empresa, quando for o caso.

18.11. O instrumento contratual decorrente do SRP deve ser assinado no prazo e validade da Ata de Registro de preços.

18.12. Caberá aos órgãos participantes e não participantes a emissão de nota de empenho de despesa, atendendo a normatização do órgão gerenciador.

18.13. Caberá aos titulares dos órgãos participantes e não participantes, a formalização do processo para aquisição junto ao órgão gerenciador.

18.14. Havendo recusa do promitente fornecedor em atender a convocação no prazo mencionado no subitem 18.7 é facultado ao Órgão Gerenciador convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, ou, ainda, revogar a licitação. Contudo, antes de tal convocação, deverão ser revalidadas as certidões de regularidade fiscal, que deverão atender às exigências editalícias.

18.15. A execução do objeto não poderá ser cedida, transferida ou subcontratada, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Contratante.

18.16. Os instrumentos contratuais decorrentes do SRP podem ser alterados, observado o disposto no caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **19. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO**

19.1. Os critérios de revisão dos preços, bem como, do cancelamento estão previstos na Ata de Registro de Preços anexo deste edital.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços anexos deste edital.



## **21. DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR E DO PROMITENTE FORNECEDOR**

21.1. As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços anexos deste edital.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1. As condições para pagamento são as estabelecidas no Termo de e na Ata de Registro de Preços anexos deste edital.

## **23. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**

23.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, nos termos dos incisos II e III do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2. Revogar por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão e anular se constatada insanável ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratada.

## **24. DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

24.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;



- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.3. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do item 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.4. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 24.1, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) atraso até 30 (trinta) dias: multa de 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 15% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- c) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 20% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- d) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 20%;
- e) paralisar a entrega do objeto contratado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 20%;
- f) adulterar ou alterar características físicas do objeto contratado: multa de 20%;
- g) entregar, como em bom estado ou verdadeiro, objeto contratado falsificado, furtado, deteriorado ou danificado e que cause danos à Administração: multa de 20%

24.5. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.:

24.6. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 24.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 24.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.7. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 24.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.



24.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.8.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.9. A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.10. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

24.13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.

24.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

## **25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.**

25.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

25.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

25.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

25.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.



## **26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5 É facultado a Comissão de Licitação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.6 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Licitação sob pena de desclassificação / inabilitação.

26.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.12 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

26.13 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a) com base na legislação vigente.

26.14 Fica designado o foro da Cidade de Candeias, Estado da Bahia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.15.1 ANEXO I - Termo de Referência

26.15.2 ANEXO II – Modelo de proposta de preços

26.15.3 ANEXO III – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

26.15.4 ANEXO IV – Declaração de enquadramento Microempresa ou EPP.

26.15.5 ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços.



Candeias, 06 de maio de 2026.

**Gilmara Lisboa  
Pregoeira**

## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

Elaboração de registro de preços para aquisição **DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR, DESKTOP, NOTEBOOK E SERVIDOR)**, os quais irão atender as demandas da administração municipal de Candeias/BA.

ITEM	DESCRIPTIVO	UF	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	108181 - COMPUTADOR DESKTOP TIPO 01 - MICROPROCESSADOR MÍNIMO 6 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS, e 12 DE THREADS VELOCIDADE MÍNIMA DE 3.5GHZ SEM TURBO , MEMÓRIA CACHE MÍNIMA DE L2 + L3, 22MB, FCLGA, INTEL OU AMD COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES; MEMÓRIA RAM: DDR5 DUAL-CHANNEL COM 16GB VELOCIDADE DE BARRAMENTO MÍNIMA 3600MHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO TIPO SSD COM CAPACIDADE DE 480GB; PLACA PRINCIPAL (PLACA MÃE): MÍNIMO DE 04 (QUATRO) SLOTS MEMÓRIA DDR5 EXPANSÍVEL, MÍNIMO DE 06 (SEIS) INTERFACES USB NO PAINEL TRASEIRO, SENDO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) PADRÃO 3.2 GEN 2 DE 10GBPS OU SUPERIOR, 1 (UMA) PADRÃO 3.2 TIPO-C DE 20GBPS E 02 (DUAS) PADRÃO 3.0 OU SUPERIOR, 1-DISPLAYPORT; 1-PORTA HDMI; 1-PORTA ETHERNET REALTEK 2,5 GB NÃO SENDO ACEITO HUBS; BIOS COM TECNOLOGIA PLUG AND PLAY, MÍNIMO DE 4 (QUATRO) PORTAS SATA 6GB/S E DOIS SLOTS M.2 OU SUPERIOR, QUE PERMITA GERENCIAR AS UNIDADES DE DISCO RÍGIDO; INTERFACES DE I/O: 01 (UMA) SAÍDA DE ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO 7.1; SLOTS DE EXPANSÃO: 2X SLOT PCIE 4.0 X16; 1X SLOTS PCIE 3.0 X1; COM (UMA) SAÍDAS DISPLAY PORT E (UMA) HDMI, O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE TRABALHAR COM ATÉ 2 MONITORES SIMULTANEAMENTE (SEM USO DE HUBS OU ADAPTADORES); REDE WI-FI INTEGRADA, FREQUÊNCIA 2.4 GHZ E 5.0 GHZ, PADRÕES SUPORTADOS: A, B, G, N, AC, AX; COM DUAS ANTENAS; A MARCA E MODELO DO PROCESSADOR E PLACA MÃE DEVEM SER INFORMADOS NA PROPOSTA OU CATÁLOGO APRESENTADO; GABINETE ATX: DE NO MÍNIMO 1 BÁIA DE 5 ¼, COM NO MÍNIMO 1 VENTOINHA DE 80 MILÍMETROS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE, PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. O FLUXO DO AR INTERNO AO GABINETE DEVE SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE DO MICROPROCESSADOR; BOTÃO DE LIGA/DESLIGA E LUZES DE INDICAÇÃO DE ATIVIDADE DA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO E DE COMPUTADOR LIGADO (POWERON) NA PARTE FRONTAL DO GABINETE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO PFC ATIVO 600W OU SUPERIOR, COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 88% A PLENA	UNIDADE	200	R\$ 6.997,83	R\$ 1.399.566,00



<p>CARGA COMPROVADO COM A DEVIDA CERTIFICAÇÃO 80+ BRONZE OU SUPERIOR (WWW.80PLUS.ORG), COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE COTADOS, A FONTE DEVE ACEITAR TENSÕES DE 110 E 220 VOLTS, DE FORMA AUTOMÁTICA; OUTROS COMPONENTES: TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M, CAIXA DE SOM COM ENTRADA USB TECLADO COM CONECTOR USB DE NO MÍNIMO 104 TECLAS PADRÃO ABNT2, COM IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, OU BAIXO RELEVO, OU ALTO RELEVO EVITANDO O APAGAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO; MOUSE ÓPTICO DE 02 (DOIS) BOTÕES E DISPOSITIVO DE ROLAGEM DE TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000DPI E COM CONECTOR USB, MONITOR TAMANHO MÍNIMO DE 19,5" DE TELA CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO LCD OU LED; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO ENTRE 110/127 E 220V; FULL HD, COM HDMI E DP, DEVEM ACOMPANHAR CABOS DE DADOS (DP E HDMI) E ENERGIA. DEVERÁ POSSUIR ROTAÇÃO DE 90 GRAUS, ÂNGULO DE VISÃO DE 175 X 175GRAUS OU SUPERIOR, AJUSTE DE ALTURA DE 120MM OU SUPERIOR; SISTEMA OPERACIONAL: O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM LICENÇA DE SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS 11 PRO 64BITS OEM OU SUPERIOR INSTALADO; DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO A PROPOSTA PROVA DE COMPATIBILIDADE COM O WINDOWS (HCL) DO MICROCOMPUTADOR; TODOS OS COMPONENTES (TECLADO, MOUSE, CAIXA DE SOM E MONITOR) DEVEM OBEDECER AO MESMO PADRÃO DE COR, SENDO COR PRETA E SEREM DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR; GARANTIA DE 12 MESES ON-SITE OFERTADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM ATENDIMENTO EM ATÉ 48H E ABERTURA DE CHAMADO VIA 0800 OU CHAT NO SITE DO FABRICANTE, APRESENTAR COMPROVAÇÃO QUE O FABRICANTE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM SALVADOR OU REGIÃO METROPOLITANA; FORNECER EM CONJUNTO COM O EQUIPAMENTO ESTABILIZADOR BIVOLT COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO OFERTADA, APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS  
REGIÃO METROPOLITANA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

2	108182 - COMPUTADOR DESKTOP TIPO 02 - MICROPROCESSADOR MÍNIMO 8 (OITO) NÚCLEOS FÍSICOS, e 16 DE THREADS VELOCIDADE MÍNIMA DE 3.8GHZ SEM TURBO , MEMÓRIA CACHE MÍNIMA DE L2 + L3, 40MB, FCLGA, INTEL OU AMD COM CARACTERISTICAS SIMILARES; MEMÓRIA RAM: DDR5 DUAL-CHANNEL COM 32GB VELOCIDADE DE BARRAMENTO MÍNIMA 3600MHZ; COM PLACA DE VIDEO OFF BOARD DEDICADA DE 8G GDDR6; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO TIPO SSD COM CAPACIDADE DE 1TB; PLACA PRINCIPAL (PLACA MÃE): MÍNIMO DE 04 (QUATRO) SLOTS MEMÓRIA DDR5 EXPANSÍVEL, MÍNIMO DE 06 (SEIS) INTERFACES USB NO PAINEL TRASEIRO, SENDO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) PADRÃO 3.2 GEN 2 DE 10GBPS OU SUPERIOR, 1 (UMA) PADRÃO 3.2 TIPO-C DE 20GBPS E 02 (DUAS) PADRÃO 3.0 OU SUPERIOR, 1-DISPLAYPORT; 1-PORTA HDMI; 1-PORTA ETHERNET REALTEK 2,5 GB NÃO SENDO ACEITO HUBS; BIOS COM TECNOLOGIA PLUG AND PLAY, MÍNIMO DE 4 (QUATRO) PORTAS SATA 6GB/S E DOIS SLOTS M.2 OU SUPERIOR, QUE PERMITA GERENCIAR AS UNIDADES DE DISCO RÍGIDO; INTERFACES DE I/O: 01 (UMA) SAÍDA DE ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO 7.1; SLOTS DE EXPANSÃO: 2X SLOT PCIE 4.0 X16; 1X SLOTS PCIE 3.0 X1; COM (UMA) SAÍDAS DISPLAY PORT E (UMA) HDMI, O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE TRABALHAR COM ATÉ 2 MONITORES SIMULTANEAMENTE (SEM USO DE HUBS OU ADAPTADORES); REDE WI-FI INTEGRADA, FREQUÊNCIA 2.4 GHZ E 5.0 GHZ, PADRÕES SUPORTADOS: A, B, G, N, AC, AX; COM DUAS ANTENAS; A MARCA E MODELO DO PROCESSADOR E PLACA MÃE DEVEM SER INFORMADOS NA PROPOSTA OU CATÁLOGO APRESENTADO; GABINETE ATX: DE NO MÍNIMO 1 BÁIA DE 5 ¼, COM NO MÍNIMO 1 VENTOINHA DE 80 MILÍMETROS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE, PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. O FLUXO DO AR INTERNO AO GABINETE DEVE SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE DO MICROPROCESSADOR; BOTÃO DE LIGA/DESLIGA E LUZES DE INDICAÇÃO DE ATIVIDADE DA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO E DE COMPUTADOR LIGADO (POWERON) NA PARTE FRONTAL DO GABINETE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO PFC ATIVO 600W OU SUPERIOR, COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 88% A PLENA CARGA COMPROVADO COM A DEVIDA CERTIFICAÇÃO 80+ BRONZE OU SUPERIOR (WWW.80PLUS.ORG), COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE COTADOS, A FONTE DEVE ACEITAR TENSÕES DE 110 E 220 VOLTS, DE FORMA	UNIDADE	50	R\$ 10.229,91	R\$ 511.495,50
---	--	---------	----	------------------	-------------------



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS  
REGIÃO METROPOLITANA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

	AUTOMÁTICA; OUTROS COMPONENTES: TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M, CAIXA DE SOM COM ENTRADA USB TECLADO COM CONECTOR USB DE NO MÍNIMO 104 TECLAS PADRÃO ABNT2, COM IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, OU BAIXO RELEVO, OU ALTO RELEVO EVITANDO O APAGAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO; MOUSE ÓPTICO DE 02 (DOIS) BOTÕES E DISPOSITIVO DE ROLAGEM DE TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000DPI E COM CONECTOR USB, MONITOR TAMANHO MÍNIMO DE 19,5" DE TELA CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO LCD OU LED; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO ENTRE 110/127 E 220V; FULL HD, COM HDMI E DP, DEVEM ACOMPANHAR CABOS DE DADOS (DP E HDMI) E ENERGIA. DEVERÁ POSSUIR ROTAÇÃO DE 90 GRAUS, ÂNGULO DE VISÃO DE 175 X 175GRAUS OU SUPERIOR, AJUSTE DE ALTURA DE 120MM OU SUPERIOR; SISTEMA OPERACIONAL: O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM LICENÇA DE SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS 11 PRO 64BITS OEM OU SUPERIOR INSTALADO; DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO A PROPOSTA PROVA DE COMPATIBILIDADE COM O WINDOWS (HCL) DO MICROCOMPUTADOR; TODOS OS COMPONENTES (TECLADO, MOUSE, CAIXA DE SOM E MONITOR) DEVEM OBEDECER AO MESMO PADRÃO DE COR, SENDO COR PRETA E SEREM DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR; GARANTIA DE 12 MESES ON-SITE OFERTADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM ATENDIMENTO EM ATÉ 48H E ABERTURA DE CHAMADO VIA 0800 OU CHAT NO SITE DO FABRICANTE, APRESENTAR COMPROVAÇÃO QUE O FABRICANTE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM SALVADOR OU REGIÃO METROPOLITANA; FORNECER EM CONJUNTO COM O EQUIPAMENTO ESTABILIZADOR BIVOLT COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO OFERTADA, APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.				
<b>VALOR DO LOTE 01:</b>					R\$ 1.911.061,50
<b>LOTE 02:</b>					
<b>1</b>	108184 - NOTEBOOK TIPO 02 PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 10 NÚCLEOS e 16 DE THREADS, COM FREQUÊNCIA DE PROCESSAMENTO COM SUPORTE A ATÉ 4.90GHZ COM CACHE MÍNIMO 24MB; 32 GB DE MEMÓRIA DDR5, SUPORTE A 64GB OU SUPERIOR; PLACA DE VIDEO DEDICADA 6GB GDDR6 OU SUPERIOR , CONECTORES: MÍNIMO DE 03 USB TIPO A, SENDO AO MENOS 2 NO PADRÃO 3.2 E UMA USB TIPO C; 01 RJ-45 100/1000MB/S; 01 MICROFONE (ENTRADA); E 01 FONE DE OUVIDO (SAÍDA), PODENDO SER ENTRADA ÚNICA PARA FONE DE OUVIDO E	<b>UNIDADE</b>	<b>4</b>	R\$ 13.910,31	R\$ 55.641,24



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

	MICROFONE; UMA PORTA HDMI E DISPLAYPORT; CONECTIVIDADE BLUETOOTH PADRÃO 5.2 OU SUPERIOR; PLACA DE REDE SEM FIO DUAL BAND; BATERIA MÍNIMA DE 3 CÉLULAS, 46WH; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180W; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO 1T SSD.M.2 NVME; DEVE POSSUIR AO MENOS 2 SLOTS M.2; UM DISPLAY LED DE 15.6 POLEGADAS, RESOLUÇÃO FULL HD, 165HZ OU SUPERIOR; TECLADO RETROILUMINADO; LICENSA DO WINDOWS 11 PRO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.				
<b>VALOR DO LOTE 02:</b>					R\$ 55.641,24
<b>LOTE 03:</b>					
<b>1</b>	108185 - SERVIDOR XEON DUAL PROCESSADO MÍNIMO 12 NÚCLEOS E 24 THREADS, MÍNIMO DE 32MB DE CACHE, CLOCK BASE MÍNIMO DE 2.3GHZ, MEMORIA MÍNIMA DE 112GB DDR4 EXPANSÍVEL A 512GB, MÍNIMO DE 2X RJ45 10/100/1000 NATIVAS, RAID 0,1,10, 1X SSD 480Gb NVMe PCIe Ger 3.0 x 4 M.2 (ESPECIFICO PARA DATA CENTER) CRIPTOGRAFIA AES de 256 BITS , RESISTÊNCIA 475TBW, 2X HDS SAS DE 4TB VELOCIDADE DE MÍNIMA 7200 RPM, CACHE MÍNIMO 256MB , 12GBPS, GABINETE SERVER TORRE COM FONTE 80 PLUS COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 90% MINIMA EM PLENA CARGA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1200W(COMPROVAR ATRAVÉS DE DOCUMENTO PERTINENTE), 3 VENTOINHAS INTERNAS 120MM PARA REFRIGERAÇÃO DO GABINETE COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 5000 RPM, DVD RW, MÍNIMO DE 3 SLOTS X16 E 2 SLOT PCIE3.0 X8; MÍNIMO 8X USB'S TRASEIRAS, SENDO PELO MENOS 4 NO PADRÃO USB 3.0 , 3 VENTOINHAS INTERNAS PARA REFRIGERAÇÃO DO GABINETE, TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M DO MESMO FABRICANTE. DEVERÁ SER FORNECIDO EM CONJUNTO COM EQUIPAMENTO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD OU SUPERIOR NA SUA VERSÃO ORIGINAL. GARANTIA DE 24 MESES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MODO ON SITE E ATENDIMENTO EM ATÉ 6 HORAS ATRAVÉS DO FABRICANTE OU REDE CREDENCIADA COM ABERTURA DE CHAMADOS VIA CHAT OU 0800 DEVIDAMENTE COMPROVADA ATRAVÉS DE DOCUMENTO PERTINENTE. APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.	<b>UNIDADE</b>	<b>5</b>	R\$ 47.116,67	R\$ 235.583,35
<b>VALOR DO LOTE 03:</b>					R\$ 235.583,35
<b>VALOR GLOBAL:</b>					R\$ 2.202.286,09

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 18, de 2023.



1.2. A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no artigo 84 da Lei 14.133/2021. Levar para o Tópico SRP.

1.3. O objeto é comum e não continuado.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

A Secretaria Municipal de Gestão, Tecnologia e Inovação do município de Candeias, no exercício de suas funções institucionais, através da Superintendência de Gerenciamento de Projetos de Inovação Tecnologia, identifica a necessidade urgente e estratégica de equipamentos de informática com o objetivo de promover a modernização tecnológica, garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, e fortalecer a capacidade operacional das secretarias, departamentos e unidades administrativas.

A atual estrutura de informática da Prefeitura Municipal de Candeias é insuficiente para atender à crescente demanda operacional e administrativa das diversas secretarias e setores municipais. O número de equipamentos disponíveis atualmente não corresponde à real necessidade das unidades que compõem a administração pública, comprometendo a realização de atividades essenciais e o bom funcionamento dos serviços prestados à população.

Diversos setores funcionam com quantidade reduzida de computadores, sendo comum a necessidade de revezamento de equipamentos entre servidores, o que gera atrasos na execução das tarefas, baixa produtividade e dificuldade no cumprimento de prazos legais e administrativos.

Além disso, houve uma Reforma Administrativa, instituída pela Lei Municipal nº 1464/2024, criando quatro novas Secretarias (Secretaria Municipal de Ordem Pública, Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca), bem como expansão de secretarias já existentes, com novas salas administrativas, setores técnicos e serviços descentralizados, que ainda não foram contempladas com equipamentos próprios, exigindo a expansão e padronização da infraestrutura de informática.

Em outros casos, há equipamentos que não suportam os sistemas utilizados atualmente pela gestão pública, como plataformas federais de registro, prestação de contas, folha de pagamento, protocolos, compras públicas, saúde e educação, o que acarreta lentidão, travamentos frequentes e maior risco de falhas operacionais e perda de dados.

A insuficiência de equipamentos impacta diretamente na qualidade do atendimento ao público, uma vez que limita o acesso simultâneo aos sistemas, reduz a capacidade de resposta e dificulta a execução de serviços com agilidade e eficiência.

A Administração Municipal de Candeias/BA enfrenta atualmente um cenário de significativa defasagem tecnológica no parque de informática utilizado pelas diversas secretarias. Grande parte dos computadores, notebooks e servidores em uso apresentam baixo desempenho, falhas recorrentes de hardware e incompatibilidade com sistemas e aplicações modernas empregadas pela prefeitura. Essa condição tem gerado atrasos no atendimento ao público, instabilidade nos sistemas internos, dificuldade na execução de tarefas essenciais e aumento significativo de custos com manutenção corretiva.

Além disso, a expansão das atividades administrativas e o crescimento da demanda por serviços digitais, especialmente sistemas de gestão, plataformas educacionais, saúde informatizada, emissão de documentos, integração intersetorial e operações fiscais, tornaram evidente que a infraestrutura de TI existente não é capaz de sustentar, com desempenho e segurança, o volume de operações exigido atualmente.

Esse conjunto de problemas compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos, a eficiência da administração e a capacidade da Prefeitura de oferecer atendimento adequado ao cidadão. Igualmente, gera impactos na produtividade dos servidores, que enfrentam lentidão, travamentos e indisponibilidades constantes dos equipamentos.





Diante desse contexto, a necessidade de contratação consiste em renovar, ampliar e padronizar o parque de informática, por meio da aquisição de computadores desktops, notebooks e servidores com especificações atualizadas, de forma a:

- Restabelecer a eficiência operacional das secretarias, garantindo equipamentos que suportem os sistemas utilizados e as demandas diárias de trabalho;
- Aumentar a capacidade de processamento e armazenamento das bases de dados municipais, reduzindo riscos de falhas e indisponibilidade;
- Garantir segurança da informação, com equipamentos compatíveis com práticas modernas de proteção de dados e alta disponibilidade;
- Melhorar a produtividade dos servidores, reduzindo tempo perdido com falhas, lentidão e manutenção;
- Promover padronização e gestão eficiente da infraestrutura, facilitando suporte técnico e controle de ativos;
- Aprimorar o atendimento ao cidadão, com respostas mais rápidas, processos administrativos mais céleres e serviços públicos disponibilizados sem interrupções.

Assim, a contratação se mostra essencial e urgente para solucionar os problemas atualmente enfrentados e alcançar os objetivos estratégicos da Administração Municipal, relacionados à eficiência, modernização, transparência e continuidade dos serviços públicos. A aquisição por meio de Registro de Preços garante flexibilidade, racionalidade administrativa e capacidade de responder de forma ágil às demandas das secretarias ao longo do exercício.

Trata-se, portanto, de uma necessidade essencial e diretamente vinculada ao bom funcionamento da máquina pública, exigindo planejamento técnico, padronização e alinhamento às diretrizes de modernização administrativa, transparência e eficiência no uso dos recursos públicos.

### **3. FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 O objeto deste Termo de Referência tem amparo legal, integralmente, no Decreto Municipal nº 10/2024, Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

### **4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

4.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por lote, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

A solução proposta consiste na formação de Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática padronizados, computadores desktop de dois tipos distintos, notebooks e servidores, destinados a atender às demandas das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Candeias/BA, garantindo infraestrutura tecnológica moderna, estável e segura para suporte às atividades administrativas, operacionais, técnicas e estratégicas.

Trata-se de uma solução composta pelos seguintes grupos de equipamentos, devidamente descritos e especificados conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD):

#### **Lote 01 - Computadores Desktop Tipo 01 e Tipo 02**



Os dois modelos de desktop contemplam configurações robustas, com processadores de múltiplos núcleos, memória RAM DDR5 de alta velocidade, armazenamento SSD NVMe, placas-mãe com grande capacidade de expansão e fontes certificadas 80 Plus Bronze.

A solução prevê máquinas de alto desempenho, capazes de suportar aplicações corporativas, sistemas administrativos, ERPs utilizados pelo Município, ferramentas de produtividade e softwares técnicos, garantindo maior vida útil e reduzida necessidade de manutenção.

Os desktops oferecem ainda:

- Conectividade completa (USBs variados, HDMI, DisplayPort, RJ-45, Wi-Fi integrada);
- Possibilidade de utilização com múltiplos monitores;
- Refrigeração adequada para operação contínua;
- Itens periféricos obrigatórios: teclado, mouse e monitor com ajustes ergonômicos.

Esses equipamentos serão distribuídos entre setores administrativos e operacionais, assegurando maior eficiência, qualidade do trabalho e continuidade de serviços essenciais.

### **Lote 02 - Notebooks Tipo 02 (alto desempenho)**

A solução contempla notebooks com processadores de última geração, no mínimo 10 núcleos e 16 threads, memória RAM de 32GB, SSD de alta velocidade, múltiplas portas USB, HDMI/DisplayPort, Wi-Fi de amplo alcance e bateria de longa duração.

A finalidade é atender:

- equipes em regime de trabalho externo ou itinerante,
- fiscalizações,
- ações em campo, reuniões e auditorias,
- apresentações, capacitações e monitoramento em tempo real.

Além disso, por possuírem alto desempenho, esses notebooks são capazes de processar simultaneamente várias aplicações críticas em ambiente multitarefa, inclusive softwares de análise, planilhas robustas e sistemas corporativos.

### **Lote 03 - Servidores Corporativos (Xeon)**

O servidor especificado possui processadores Xeon de alto desempenho, grande quantidade de memória RAM ECC expansível, múltiplos discos SSD NVMe de padrão enterprise, suporte RAID, fontes redundantes, ventilação reforçada e gabinete próprio para data center.

Esses servidores serão responsáveis por:

- manter bancos de dados institucionais,
- suportar sistemas essenciais à administração municipal,
- hospedar aplicações internas,
- garantir segurança e estabilidade das informações processadas,
- atender diretrizes de governança de TI, backup e continuidade de serviços.

A solução contempla também assistência técnica, garantia mínima de 12 meses e suporte remoto com prazos reduzidos de atendimento, assegurando disponibilidade contínua do ambiente.

A aquisição desses equipamentos representa uma solução tecnológica completa e coerente, capaz de fortalecer toda a infraestrutura de TI do Município de Candeias, contemplando desde o usuário final até o núcleo de processamento crítico.

### **Os benefícios centrais incluem:**

- Padronização do parque computacional, facilitando manutenção, suporte e gestão.
- Aumento da eficiência operacional das equipes administrativas e técnicas.



- Modernização da infraestrutura de TI, reduzindo falhas, lentidão e interrupções.
- Segurança da informação aprimorada, via servidores robustos e dispositivos atualizados.
- Condições adequadas de trabalho, com equipamentos modernos, rápidos e confiáveis.
- Maior produtividade e melhor prestação de serviços ao cidadão.

Assim, a solução como um todo consiste em implantar um conjunto uniforme, moderno e escalável de equipamentos de informática, alinhado às necessidades reais do Município de Candeias, garantindo sustentação tecnológica para o cumprimento das políticas públicas, continuidade das atividades e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

Para que o objeto da contratação seja contratado, é necessário o atendimento de acordo com as características do objeto, descrito no item 1 deste termo.

### **6.1 DA SUBCONTRATAÇÃO:**

6.1.1 A subcontratação não será admitida no presente certame, pois o objeto contratual consiste na aquisição direta de bens permanentes, especificamente computadores e servidor, cuja entrega e garantia devem ser integralmente assumidas pela empresa vencedora do processo licitatório.

Trata-se de fornecimento de bens padronizados, cuja responsabilidade técnica e comercial deve permanecer centralizada em um único fornecedor, garantindo a rastreabilidade, a qualidade dos equipamentos, a observância das especificações técnicas exigidas e a adequada prestação de assistência durante o período de garantia contratual. A admissão de subcontratação poderia fragilizar este controle, dificultando a responsabilização por eventuais defeitos, atrasos ou inconformidades.

Além disso, a vedação se justifica em razão da natureza simples e direta da obrigação, que não envolve execução de serviços complexos ou multidisciplinares que demandariam divisão de escopo. Sendo o objeto composto exclusivamente pelo fornecimento de equipamentos específicos, não há justificativa técnica ou operacional que imponha a necessidade de subcontratação para seu cumprimento.

A exigência de execução integral do objeto pela contratada garante maior segurança jurídica, eficiência administrativa e conformidade com o interesse público, evitando a fragmentação de responsabilidades e assegurando a plena observância dos requisitos de qualidade, compatibilidade e suporte técnico previstos no termo de referência.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, sua simplicidade operacional, a necessidade de controle sobre a cadeia de fornecimento e a responsabilização direta da contratada, fica expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

## **7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

8.1 A entrega dos bens/materiais deverá ser realizada de forma a garantir a integridade dos mesmos;

8.2 A empresa quando contratada se responsabilizará por perdas e danos eventualmente causados durante a entrega dos bens/materiais por seus técnicos ou empregados.

8.3 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais dos mesmos será suportado exclusivamente pela contratada;

8.4 A entrega dos bens/materiais deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização da solicitação, mediante envio da autorização de fornecimento de material no Almoxarifado Central, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

8.5 Os materiais de consumo, que detêm de prazo de validade deverão ser apresentados com no mínimo 12 (doze) meses de validade a contar do recebimento definitivo do mesmo.



8.6 A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, com vistas à verificação da conformidade dos materiais/equipamentos com as especificações constantes neste termo de referência.

8.7 Os bens/materiais deverão ser acondicionados de modo que a sua guarda e armazenamento não permitam a deterioração dos bens/materiais;

## **9. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)**

9.1 A Órgão Gerenciador e o Proponente manterão os entendimentos necessários para a execução do Objeto, nos termos do artigo 117 Lei Federal n. 14.133/21, por meio do acompanhamento e fiscalização dos trabalhos através do Gestor da Ata, a ser constituído pela Órgão Gerenciador.

9.2 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021 através do da portaria de fiscalização nº 105/2025, pelo Gerente da Ata de Registro de Preços: Anderson Lopes dos Santos – Matrícula: 835640, através da Secretaria de Gestão, Inovação e Tecnologia – SEMGIT.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 Em observância ao art. 17º, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e art. 7º do **Decreto Municipal 001/2025**, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

11.1 A proposta deverá estar em conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

11.2 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3 Se a proposta não for aceitável, será examinada a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do edital e seus anexos, e o seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade praticada no mercado.

11.5 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contado da data de protocolização da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

12.2 A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

12.3 Constatada a conformidade dos bens, será realizado o **tombamento patrimonial** mediante termo próprio e promovida a **afixação de plaquetas de identificação**, conforme os procedimentos internos da Administração. Somente após a conclusão destas etapas, o pagamento será considerado **definitivamente**



**regularizado.**

12.4 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FTGS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

12.5 O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.6 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

12.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

12.8 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.9 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.11 O órgão Gerenciador não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada na ata de registro de preço/contrato.

### **13. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

13.1 Os materiais/bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2 Os materiais/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



13.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

13.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 13.9.1 o prazo de validade;
- 13.9.2 a data da emissão;
- 13.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.9.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 13.9.5 o valor a pagar; e
- 13.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

13.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

13.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.





13.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PROPONENTE FORNECEDOR**

14.1 Entregar os materiais em conformidade com o descritivo constante na tabela do item 1.1 do Termo de Referência;

14.2 Executar as entregas com pontualidade;

14.3 Atender com prontidão as reclamações por parte do fiscal, da referente entrega dos materiais, objeto da presente licitação.

14.4 Cumprir com os prazos determinados neste Termo de Referência;

14.5 Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;

14.6 Submeter-se à fiscalização da Prefeitura, através do setor competente, que acompanhará a prestação de serviços para verificação da qualidade e origem dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

14.7 Comunicar imediatamente e por escrito a Secretaria solicitante através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

14.8 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura;

14.9 As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

14.10 Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

14.11 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, lote, procedência, data de fabricação e prazo de validade;

14.12 Comunicar ao órgão gerenciador, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.13 Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.



## **15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

- 15.1 São obrigações do órgão gerenciador;
- 15.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 15.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/materiais recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 15.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 15.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a entrega/serviço realizado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 15.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preço/Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 15.7 Para que se promova o cadastro do material permanente da Prefeitura Municipal de Candeias, torna-se necessário a Diretoria Central de Patrimônio e Gestão do Arquivo Público efetuar o tombamento mediante a termo próprio e, em seguida, a afixação de plaquetas de identificação nos bens adquiridos.
- 15.8 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- a) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução da entrega/serviço;
- b) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.

## **16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021) DA MODALIDADE E FORMA.**

16.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

16.2 Do critério de julgamento e Modo de disputa

16.2.1 Será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS (LOTE), organizados de forma sistêmica e com pertinência temática, sem inversão da fase de habilitação.

16.2.2 Modo de disputa será o Aberto.

**16.3 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

16.4 Habilitação Jurídica:

16.4.1 Quando se tratar de Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.4.2 Quando se tratar de Pessoa Jurídica: No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;



16.4.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

16.4.4 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

16.4.5 No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;

16.4.6 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

16.4.7 Documento de identificação dos sócios e/ou administradores.

16.4.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **16.5 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

16.5.1 **Quando se tratar de Pessoa física: apresentação do CPF**

16.5.2 **Quando se tratar de Pessoa Jurídica:**

16.5.3 **A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

a) Certidão Negativa de Débitos para a Fazenda: Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguridade Social).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual e Municipal da sede do licitante;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Produto (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade da Situação/CRF.

d) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão (Lei 12.440/11).

f) A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

## **16.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA**

16.6.1 A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

16.6.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

16.6.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

## **16.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

16.7.1 Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;



16.7.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

16.7.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do órgão Gerenciador e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.7.4 Apresentar declaração do fabricante com indicação da assistência técnica autorizada a prestar o serviço de garantia dos equipamentos em Salvador ou Região Metropolitana.

## **17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

17.1 Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 A sanção prevista no item I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5 A sanção prevista no item II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155.

17.6 A sanção prevista no item III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7 A sanção prevista no item IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.8 A sanção estabelecida no item IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.9 As sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item II.

17.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.11 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **18 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM COOPERATIVAS E CONSÓRCIOS**

18.1 Não será admitida a participação de empresas em cooperativas ou consórcio tendo em vista baixa complexidade do objeto

## **19 DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

19.1 A contratação é para fins de Registro de Preços. A sua utilização se justifica haja vista que não é possível precisar com exatidão o quantitativo a serem utilizados ao longo do ano.

19.2 A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período com renovação de seu saldo, desde que comprovado o preço vantajoso.

19.3 Na presente licitação se mostra dispensável a publicação o IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere do procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, pois poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo, considerando a condição de órgão gerenciador.

19.4 Será permitida a adesão a Ata de registro de preços, respeitados os limites previstos nos parágrafos 4º e 5º do Art. 86 da Lei 14.133/2021.

19.5 O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

19.6 A ata de registro de preços poderá ser cancelada de acordo com os requisitos previstos na Lei Federal 14.133/2021;

## **20 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Candeias

Referente: Pregão Eletrônico – 043/2026

Apresentamos e submetemos à apreciação, a nossa proposta de preços, tendo como objeto Elaboração de registro de preços para aquisição de **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR, DESKTOP, NOTEBOOK E SERVIDOR)**, os quais irão atender as demandas da administração municipal de Candeias/BA. nos termos da tabela/descrição abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIPTIVO	UF	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	108181 - COMPUTADOR DESKTOP TIPO 01 - MICROPROCESSADOR MÍNIMO 6 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS, e 12 DE THREADS VELOCIDADE MÍNIMA DE 3.5GHZ SEM TURBO , MEMÓRIA CACHE MÍNIMA DE L2 + L3, 22MB, FCLGA, INTEL OU AMD COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES; MEMÓRIA RAM: DDR5 DUAL-CHANNEL COM 16GB VELOCIDADE DE BARRAMENTO MÍNIMA 3600MHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO TIPO SSD COM CAPACIDADE DE 480GB; PLACA PRINCIPAL (PLACA MÃE): MÍNIMO DE 04 (QUATRO) SLOTS MEMÓRIA DDR5 EXPANSÍVEL, MÍNIMO DE 06 (SEIS) INTERFACES USB NO PAINEL TRASEIRO, SENDO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) PADRÃO 3.2 GEN 2 DE 10GBPS OU SUPERIOR, 1 (UMA) PADRÃO 3.2 TIPO-C DE 20GBPS E 02 (DUAS) PADRÃO 3.0 OU SUPERIOR, 1-DISPLAYPORT; 1-PORTA HDMI; 1-PORTA ETHERNET REALTEK 2,5 GB NÃO SENDO ACEITO HUBS; BIOS COM TECNOLOGIA PLUG AND PLAY, MÍNIMO DE 4 (QUATRO) PORTAS SATA 6GB/S E DOIS SLOTS M.2 OU SUPERIOR, QUE PERMITA GERENCIAR AS UNIDADES DE DISCO RÍGIDO; INTERFACES DE I/O: 01 (UMA) SAÍDA DE ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO 7.1; SLOTS DE EXPANSÃO: 2X SLOT PCIE 4.0 X16; 1X SLOTS PCIE 3.0 X1; COM (UMA) SAÍDAS DISPLAY PORT E (UMA) HDMI, O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE TRABALHAR COM ATÉ 2 MONITORES SIMULTANEAMENTE (SEM USO DE HUBS OU ADAPTADORES); REDE WI-FI INTEGRADA, FREQUÊNCIA 2.4 GHZ E 5.0 GHZ, PADRÕES SUPORTADOS: A, B, G, N, AC, AX; COM DUAS ANTENAS; A MARCA E MODELO DO PROCESSADOR E PLACA MÃE DEVEM SER INFORMADOS NA PROPOSTA OU CATÁLOGO APRESENTADO; GABINETE ATX: DE NO MÍNIMO 1 BÁIA DE 5 ¼, COM NO MÍNIMO 1 VENTONHA DE 80 MILÍMETROS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE, PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. O FLUXO DO AR INTERNO AO GABINETE DEVE SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE DO MICROPROCESSADOR; BOTÃO DE LIGA/DESLIGA E LUZES DE INDICAÇÃO DE ATIVIDADE DA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO E DE COMPUTADOR LIGADO (POWERON) NA PARTE FRONTAL DO GABINETE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO PFC ATIVO 600W OU SUPERIOR, COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 88% A PLENA	UND	200		





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

	<p>CARGA COMPROVADO COM A DEVIDA CERTIFICAÇÃO 80+ BRONZE OU SUPERIOR (WWW.80PLUS.ORG), COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE COTADOS, A FONTE DEVE ACEITAR TENSÕES DE 110 E 220 VOLTS, DE FORMA AUTOMÁTICA; OUTROS COMPONENTES: TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M, CAIXA DE SOM COM ENTRADA USB TECLADO COM CONECTOR USB DE NO MÍNIMO 104 TECLAS PADRÃO ABNT2, COM IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, OU BAIXO RELEVO, OU ALTO RELEVO EVITANDO O APAGAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO; MOUSE ÓPTICO DE 02 (DOIS) BOTÕES E DISPOSITIVO DE ROLAGEM DE TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000DPI E COM CONECTOR USB, MONITOR TAMANHO MÍNIMO DE 19,5" DE TELA CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO LCD OU LED; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO ENTRE 110/127 E 220V; FULL HD, COM HDMI E DP, DEVEM ACOMPANHAR CABOS DE DADOS (DP E HDMI) E ENERGIA. DEVERÁ POSSUIR ROTAÇÃO DE 90 GRAUS, ÂNGULO DE VISÃO DE 175 X 175GRAUS OU SUPERIOR, AJUSTE DE ALTURA DE 120MM OU SUPERIOR; SISTEMA OPERACIONAL: O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM LICENÇA DE SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS 11 PRO 64BITS OEM OU SUPERIOR INSTALADO; DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO A PROPOSTA PROVA DE COMPATIBILIDADE COM O WINDOWS (HCL) DO MICROCOMPUTADOR; TODOS OS COMPONENTES (TECLADO, MOUSE, CAIXA DE SOM E MONITOR) DEVEM OBEDECER AO MESMO PADRÃO DE COR, SENDO COR PRETA E SEREM DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR; GARANTIA DE 12 MESES ON-SITE OFERTADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM ATENDIMENTO EM ATÉ 48H E ABERTURA DE CHAMADO VIA 0800 OU CHAT NO SITE DO FABRICANTE, APRESENTAR COMPROVAÇÃO QUE O FABRICANTE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM SALVADOR OU REGIÃO METROPOLITANA; FORNECER EM CONJUNTO COM O EQUIPAMENTO ESTABILIZADOR BIVOLT COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO OFERTADA, APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.</p>				
--	--	--	--	--	--



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

2	<p>108182 - COMPUTADOR DESKTOP TIPO 02 - MICROPROCESSADOR MÍNIMO 8 (OITO) NÚCLEOS FÍSICOS, e 16 DE THREADS VELOCIDADE MÍNIMA DE 3.8GHZ SEM TURBO , MEMÓRIA CACHE MÍNIMA DE L2 + L3, 40MB, FCLGA, INTEL OU AMD COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES; MEMÓRIA RAM: DDR5 DUAL-CHANNEL COM 32GB VELOCIDADE DE BARRAMENTO MÍNIMA 3600MHZ; COM PLACA DE VIDEO OFF BOARD DEDICADA DE 8G GDDR6; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO TIPO SSD COM CAPACIDADE DE 1TB; PLACA PRINCIPAL (PLACA MÃE): MÍNIMO DE 04 (QUATRO) SLOTS MEMÓRIA DDR5 EXPANSÍVEL, MÍNIMO DE 06 (SEIS) INTERFACES USB NO PAINEL TRASEIRO, SENDO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) PADRÃO 3.2 GEN 2 DE 10GBPS OU SUPERIOR, 1 (UMA) PADRÃO 3.2 TIPO-C DE 20GBPS E 02 (DUAS) PADRÃO 3.0 OU SUPERIOR, 1-DISPLAYPORT; 1-PORTA HDMI; 1-PORTA ETHERNET REALTEK 2,5 GB NÃO SENDO ACEITO HUBS; BIOS COM TECNOLOGIA PLUG AND PLAY, MÍNIMO DE 4 (QUATRO) PORTAS SATA 6GB/S E DOIS SLOTS M.2 OU SUPERIOR, QUE PERMITA GERENCIAR AS UNIDADES DE DISCO RÍGIDO; INTERFACES DE I/O: 01 (UMA) SAÍDA DE ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO 7.1; SLOTS DE EXPANSÃO: 2X SLOT PCIE 4.0 X16; 1X SLOTS PCIE 3.0 X1; COM (UMA) SAÍDAS DISPLAY PORT E (UMA) HDMI, O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE TRABALHAR COM ATÉ 2 MONITORES SIMULTANEAMENTE (SEM USO DE HUBS OU ADAPTADORES); REDE WI-FI INTEGRADA, FREQUÊNCIA 2.4 GHZ E 5.0 GHZ, PADRÕES SUPORTADOS: A, B, G, N, AC, AX; COM DUAS ANTENAS; A MARCA E MODELO DO PROCESSADOR E PLACA MÃE DEVEM SER INFORMADOS NA PROPOSTA OU CATÁLOGO APRESENTADO; GABINETE ATX: DE NO MÍNIMO 1 BÁIA DE 5 ¼, COM NO MÍNIMO 1 VENTONHA DE 80 MILÍMETROS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE, PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. O FLUXO DO AR INTERNO AO GABINETE DEVE SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE DO MICROPROCESSADOR; BOTÃO DE LIGA/DESLIGA E LUZES DE INDICAÇÃO DE ATIVIDADE DA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO E DE COMPUTADOR LIGADO (POWERON) NA PARTE FRONTAL DO GABINETE; FONTE DE ALIMENTAÇÃO PFC ATIVO 600W OU SUPERIOR, COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 88% A PLENA CARGA COMPROVADO COM A DEVIDA CERTIFICAÇÃO 80+ BRONZE OU SUPERIOR (WWW.80PLUS.ORG), COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE COTADOS, A FONTE DEVE ACEITAR TENSÕES DE 110 E 220 VOLTS, DE FORMA AUTOMÁTICA; OUTROS COMPONENTES: TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M, CAIXA DE SOM COM ENTRADA USB TECLADO COM CONECTOR USB DE NO MÍNIMO 104 TECLAS PADRÃO ABNT2, COM IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS COM SERIGRAFIA A QUENTE, OU BAIXO RELEVO, OU ALTO RELEVO EVITANDO O APAGAMENTO</p>	UND	50		
---	--	-----	----	--	--



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

	DA IDENTIFICAÇÃO; MOUSE ÓPTICO DE 02 (DOIS) BOTÕES E DISPOSITIVO DE ROLAGEM DE TELA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000DPI E COM CONECTOR USB, MONITOR TAMANHO MÍNIMO DE 19,5" DE TELA CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO LCD OU LED; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO ENTRE 110/127 E 220V; FULL HD, COM HDMI E DP, DEVEM ACOMPANHAR CABOS DE DADOS (DP E HDMI) E ENERGIA. DEVERÁ POSSUIR ROTAÇÃO DE 90 GRAUS, ÂNGULO DE VISÃO DE 175 X 175GRAUS OU SUPERIOR, AJUSTE DE ALTURA DE 120MM OU SUPERIOR; SISTEMA OPERACIONAL: O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM LICENÇA DE SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS 11 PRO 64BITS OEM OU SUPERIOR INSTALADO; DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO A PROPOSTA PROVA DE COMPATIBILIDADE COM O WINDOWS (HCL) DO MICROCOMPUTADOR; TODOS OS COMPONENTES (TECLADO, MOUSE, CAIXA DE SOM E MONITOR) DEVEM OBEDECER AO MESMO PADRÃO DE COR, SENDO COR PRETA E SEREM DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR; GARANTIA DE 12 MESES ON-SITE OFERTADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM ATENDIMENTO EM ATÉ 48H E ABERTURA DE CHAMADO VIA 0800 OU CHAT NO SITE DO FABRICANTE, APRESENTAR COMPROVAÇÃO QUE O FABRICANTE POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM SALVADOR OU REGIÃO METROPOLITANA; FORNECER EM CONJUNTO COM O EQUIPAMENTO ESTABILIZADOR BIVOLT COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO OFERTADA, APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.				
<b>VALOR DO LOTE 01:</b>					
<b>LOTE 02:</b>					
<b>1</b>	108184 - NOTEBOOK TIPO 02 PROCESSADOR COM NO MÍNIMO 10 NÚCLEOS e 16 DE THREADS, COM FREQUÊNCIA DE PROCESSAMENTO COM SUPORTE A ATÉ 4.90GHZ COM CACHE MÍNIMO 24MB; 32 GB DE MEMÓRIA DDR5, SUPORTE A 64GB OU SUPERIOR; PLACA DE VIDEO DEDICADA 6GB GDDR6 OU SUPERIOR , CONECTORES: MÍNIMO DE 03 USB TIPO A, SENDO AO MENOS 2 NO PADRÃO 3.2 E UMA USB TIPO C; 01 RJ-45 100/1000MB/S; 01 MICROFONE (ENTRADA); E 01 FONE DE OUVIDO (SAÍDA), PODENDO SER ENTRADA ÚNICA PARA FONE DE OUVIDO E MICROFONE; UMA PORTA HDMI E DISPLAYPORT; CONECTIVIDADE BLUETOOTH PADRÃO 5.2 OU SUPERIOR; PLACA DE REDE SEM FIO DUAL BAND; BATERIA MÍNIMA DE 3 CÉLULAS, 46WH; FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180W; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO 1T SSD.M.2 NVME; DEVE POSSUIR AO MENOS 2 SLOTS M.2; UM DISPLAY LED DE 15.6 POLEGADAS, RESOLUÇÃO FULL HD, 165HZ OU SUPERIOR; TECLADO RETROILUMINADO; LICENSA DO WINDOWS 11 PRO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.	<b>UND</b>	<b>4</b>		
<b>VALOR DO LOTE 02:</b>					
<b>LOTE 03:</b>					



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS  
REGIÃO METROPOLITANA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

1	108185 - SERVIDOR XEON DUAL PROCESSADO MÍNIMO 12 NÚCLEOS E 24 THREADS, MÍNIMO DE 32MB DE CACHE, CLOCK BASE MÍNIMO DE 2.3GHZ, MEMORIA MÍNIMA DE 112GB DDR4 EXPANSÍVEL A 512GB, MÍNIMO DE 2X RJ45 10/100/1000 NATIVAS, RAID 0,1,10, 1X SSD 480Gb NVMe PCIe Ger 3.0 x 4 M.2 (ESPECIFICO PARA DATA CENTER) CRIPTOGRAFIA AES de 256 BITS , RESISTÊNCIA 475TBW, 2X HDS SAS DE 4TB VELOCIDADE DE MÍNIMA 7200 RPM, CACHE MÍNIMO 256MB , 12GBPS, GABINETE SERVER TORRE COM FONTE 80 PLUS COM EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 90% MINIMA EM PLENA CARGA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1200W(COMPROVAR ATRAVÉS DE DOCUMENTO PERTINENTE), 3 VENTONHAS INTERNAS 120MM PARA REFRIGERAÇÃO DO GABINETE COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 5000 RPM, DVD RW, MÍNIMO DE 3 SLOTS X16 E 2 SLOT PCIE3.0 X8; MÍNIMO 8X USB'S TRASEIRAS, SENDO PELO MENOS 4 NO PADRÃO USB 3.0 , 3 VENTONHAS INTERNAS PARA REFRIGERAÇÃO DO GABINETE, TECLADO E MOUSE USB COM CABO MÍNIMO DE 1.80M DO MESMO FABRICANTE. DEVERÁ SER FORNECIDO EM CONJUNTO COM EQUIPAMENTO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD OU SUPERIOR NA SUA VERSÃO ORIGINAL. GARANTIA DE 24 MESES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MODO ON SITE E ATENDIMENTO EM ATÉ 6 HORAS ATRAVÉS DO FABRICANTE OU REDE CREDENCIADA COM ABERTURA DE CHAMADOS VIA CHAT OU 0800 DEVIDAMENTE COMPROVADA ATRAVÉS DE DOCUMENTO PERTINENTE. APRESENTAR MARCA, MODELO E CATÁLOGO.	UND	5		
VALOR DO LOTE 03:					
VALOR GLOBAL:					

Valor total da proposta R\$......(.....).

Prazo de Entrega: Conforme estabelecido no Edital.

1. O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento das propostas pela Comissão Permanente de Licitação.
2. Declaramos que concordamos e atenderemos todas as exigências do edital e seus anexos e que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, tais como: transporte; os custos com seus profissionais envolvidos na execução do objeto da licitação; tributos; emolumentos; contribuições sociais, fiscais e parafiscais; fretes para entrega de quaisquer produtos CIF/Candeias; seguros; encargos sociais e trabalhistas; produtos de proteção individual e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
Empresa / CNPJ/MF / Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Identidade RG / CPF/MF



**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**À**

**Prefeitura Municipal de Candeias**

**Referente: Pregão Eletrônico – 043/2026**

Declaramos, perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS, e, sob as penas da lei, sob as penas da lei, que atendemos a disposição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

PROIBIÇÃO DE TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE A MENORES DE DEZOITO E DE QUALQUER TRABALHO A MENORES DE DEZESSEIS ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DE QUATORZE ANOS.

Local e Data:

---

Empresa / CNPJ/MF / Assinatura

Nome do Representante Legal

Identidade RG / CPF/MF



**ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EPP**

**Á**

**Prefeitura Municipal de Candeias**

**Referente: Pregão Eletrônico 043/2026**

....., inscrita no CNPJ nº .....,  
DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º 000/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que na presente data, esta empresa:

( ) está enquadrada como MICROEMPRESA, conforme Inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) está enquadrada como EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) não está enquadrada como MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Declara ainda ter conhecimento de que por esse motivo não será aplicado a esta empresa o tratamento exclusivo ou diferenciado concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006.

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
Empresa / CNPJ/MF / Assinatura

Nome do Representante Legal

Identidade RG / CPF/MF

**OBSERVAÇÃO:**

1- assinalar com um "X" a condição da empresa.

2- esta declaração deverá ser entregue junto com o documento de credenciamento e a não apresentação, implicará na inaplicabilidade do tratamento diferenciado para o licitante, não podendo o mesmo invocar esse tratamento diferenciado no decorrer da licitação.





**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÕES**

**À**

**Prefeitura Municipal de Candeias**

**Referente: Pregão Eletrônico – 043/2026**

**DECLARAÇÃO FORMAL (ITEM 13.1 DO EDITAL)**

(Nome da empresa), CNPJ ou CPF nº....., sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que:

- a)** aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b)** executará/entregará os serviços/materiais de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Candeias;
- c)** obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Candeias, durante a execução dos serviços;
- d)** entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Candeias;
- e)** até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data:

---

Empresa / CNPJ/MF / Assinatura

Nome do Representante Legal

Identidade RG / CPF/MF



**ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000/2026  
PREGÃO N.º 043/2026 (ELETRÔNICO)**

Aos .... dias do mês de .... do ano de 2026, a Prefeitura Municipal de Candeias, CNPJ/MF sob o n.º **13.830.336/0001-23**, com sede no Paço Municipal Conselheiro Luiz Viana, s/nº, Bairro Ouro Negro, Candeias, Estado da Bahia, CEP.43.800-000, A seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representada pelo Sr. Secretário Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia, John Kleber Machado da Cunha, formaliza a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO N.º 043/2026 (ELETRÔNICO)**, oriunda do Processo Administrativo **Nº 6562/2025** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto nº 010/2024, segundo as cláusulas e condições a seguir.

**1. OBJETO**

1.1 A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para Elaboração de registro de preços para aquisição de **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADOR, DESKTOP, NOTEBOOK E SERVIDOR)**, os quais irão atender as demandas da administração municipal de Candeias/BA.

PROMITENTE FORNECEDOR							
RAZÃO SOCIAL						CNPJ	
ENDEREÇO							
BAIRRO		CIDADE			ESTADO		
CEP		E-MAIL		TELEFONE			
REPRESENTANTE		RG		CPF			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNTD	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)		VALOR GLOBAL
					MERCADO	REGISTRADO	
					R\$	R\$	R\$
					R\$	R\$	R\$
					R\$	R\$	R\$

1.2 Os preços do PROMITENTE FORNECEDOR, elencados nesta Cláusula, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e da (s) futura(s) Contratação(ões) que venha(m) a ser firmado(s) entre o PROMITENTE FORNECEDOR e o MUNICÍPIO.

1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**2 – VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 A validade do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, podendo ser prorrogada por igual período.

**3 – ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo poder



Executivo Municipal, que participaram dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de preços elencados no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços a integração.

3.2 Os órgãos participantes deverão:

- a) Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;
- b) Manifestar, formalmente, para o órgão gerenciador o interesse em celebrar o contrato.
- c) Transferir os recursos financeiros para o órgão gerenciador, referentes ao quantitativo solicitado.

#### **4 – UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos do Decreto Municipal n.º 010/2024, que não integrarão esta Ata de Registro de Preços, poderão solicitar ao órgão Gerenciador anuência a sua adesão.

4.1.1 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.

4.2 Cabe ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Art. 31. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 30;

4.3 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

4.3.1 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.3.2 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

4.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7 Compete ao órgão não participante a responsabilidade de adimplemento das obrigações contratuais.



## **5 – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

5.1 Cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e de administração do SRP, e ainda o seguinte:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços de todos os órgãos e entidades da Administração Direta e indireta.
- b) conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) encaminhar as informações necessárias para a instrução do processo administrativo para providências cabíveis quando do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- d) celebrar a formalização do instrumento contratual do sistema de registro de preços.
- e) comunicar a celebração aos órgãos participantes, bem como as suas eventuais alterações.
- f) Colher as assinaturas e providenciar a imediata publicação da Ata de Registro de Preços, bem como das possíveis alterações na imprensa oficial.

## **6 – OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR**

- 6.1 Quando incluído na Ata de Registro de preços, está obrigado a celebrar os instrumentos contratuais nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata, quando convocado.
- 6.2 Manter durante a validade da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.3 Submeter-se-á a todas as normas e condições do edital e seus anexos, que integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.
- 6.4 As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.5 Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas;
- 6.6 Responsabilizar-se pela procedência, qualidade da entrega dos produtos;
- 6.7 A contratada assume os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, necessários para atender a logística da entrega do objeto contratado.
- 6.8 Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiro;
- 6.9 Demais obrigações em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

## **7 – ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1 Toda vez que for constatado através de pesquisa de preços, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o Órgão Gerenciador poderá revisar os itens com preços superiores ou inferiores aos praticados no mercado, na forma do Decreto Municipal n.º 010/2024.



7.2 A revisão dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/21, deverá ser realizada mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal.

7.3 O PROMITENTE FORNECEDOR deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

7.4 A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços de proceder às futuras revisões, caso venha ao PROMITENTE FORNECEDOR solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

7.5 A cada pedido de revisão de preço deverá o PROMITENTE FORNECEDOR comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

7.6 No caso do detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com Notas Fiscais de Fábrica/Indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de Custos).

7.7 A critério do Órgão Gerenciador poderá ser exigido do PROMITENTE FORNECEDOR lista de preço expedida pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

7.8 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias.

7.9 O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Detentora do Registro de Preços, será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

7.10 A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na imprensa oficial.

7.11 É vedado ao PROMITENTE FORNECEDOR interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

7.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

## 8 – DO REAJUSTE

8.1 O valor da Ata de Registro de Preço poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, após 12 (doze) meses, a partir da data em que foi firmado, tomando-se por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou Índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, o que for menor à época, ou, na falta de qualquer deles, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir

8.2 **Parágrafo único** – A revisão de preços, nos termos do inc. VI, do art. 82, art. 84 da Lei Federal 14.133/21 e art. 25 do Decreto Federal 11.462/2023, dependerá de requerimento do interessado quando



visar recompor o preço que se tomou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

## 9 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pela Fiscalização, em parcela mensal, correspondentes à efetiva execução do objeto.

9.2. O pagamento Nota Fiscal/Fatura ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados a partir da sua apresentação, devidamente atestada, referente à efetiva execução do objeto.

9.3. As faturas deverão estar atestadas pela Fiscalização do Órgão Gerenciador.

9.4. Para o pagamento a Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, emitidas em nome da **Prefeitura Municipal de Candeias**.

9.5 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento efetuado, total ou parcialmente.

9.6 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, O FORNECEDOR será notificado e será considerada como data da apresentação da fatura da aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte do Órgão Gerenciador.

9.7 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA** o decurso do prazo de pagamentos será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

9.8 O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela **CONTRATADA**, através de Nota Fiscal, em duas vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após assinatura do contrato ou por outros instrumentos hábeis, nas formas previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21 e recebimento Nota de Empenho.

9.9 A entrega do material, por parte da **CONTRATADA**, para uma determinada unidade, não poderá estar vinculada a débitos de outras unidades, porventura existentes, sob pena de sanções previstas em lei.

## 10 – PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1 Local da Entrega: Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Candeias, situado à Rua Desembargador Teixeira de Freitas, s/nº - Bairro Pitanga, Candeias/BA das 8h00 até 16h00, Candeias-BA, CEP 43.810-271.

10.1.1 Prazo de Entrega: A entrega do pedido deverá ser efetuada de forma parcelada a contemplar as necessidades da gestão, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Fornecimento.

10.1.2 Forma de Fornecimento: Os produtos deverão ser entregues conforme solicitação prévia da Secretaria ou responsável designado, ou seja, quando houver necessidade de aquisição por parte da Secretaria.

10.1.3 Os produtos deverão vir acondicionados em embalagens adequadas para o manuseio e deslocamento dos mesmos.

10.1.4 O fornecimento deverá ser realizado de segunda à sexta-feira, em horário comercial.

10.1.5 Os produtos que no ato da entrega, forem apresentados em desconformidade com as exigências contratuais, terão devolução imediata, com notificação por escrito ao Licitante, e deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação do Órgão solicitante.





10.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente da unidade gestora da despesa.

10.3 Não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente da constante na Ata de Registro de Preços.

10.4 Os produtos serão recebidos pelos responsáveis pelo recebimento e inspeção, nas seguintes condições:

10.4.1 Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, no prazo de até 10 (dez) dias contados do seu recebimento. Sendo constatados defeitos e divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da notificação, repor o produto. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

10.4.2 Definitivamente, após o decurso do prazo de verificação que comprove a adequação do fornecimento, ou, no caso em que não haja por parte da contratante, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

10.4.3 Considerar-se-á definitivo o recebimento do objeto caso não haja qualquer manifestação da **CONTRATANTE**, até o prazo final do recebimento provisório.

10.4.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

10.5 Não será considerado entrega realizada para itens que tenham sido devolvidos por não atender as especificações e marcas definidas na Ata de Registro de Preços, ou, quantidades a menor ou a maior do que a solicitada.

10.6 Correrá por conta da **FORNECEDORA**, toda e qualquer despesa com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

10.7 A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimento indicadas na Ata de Registro de Preços e na proposta da **FORNECEDORA**.

10.8 A **FORNECEDORA** é obrigada a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta Ata de Registro de Preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, contadas a partir da hora da convocação, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.9 A **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelos produtos no caso de descumprimento do prazo estabelecido no item 9.8, podendo ser adotada qualquer medida para desobstruir o almoxarifado do órgão solicitante, conforme cada caso.

10.10 A entrega deverá ser realizada por preposto da **PROMITENTE FORNECEDORA**, devidamente uniformizados e identificados.

## **11 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

11.2. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a os critérios previstos no § 1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21/93, conforme discriminado a seguir.

11.3. A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a FORNECEDORA a multas, que serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes parâmetros:



I - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando rescindir, sem justificativa, o contrato de fornecimento;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado quando a **FORNECEDORA**:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização capaz de prejudicar a execução dos serviços;

b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem permissão do Poder Público;

c) subcontratar a terceiros sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, por ato de competência do titular da pasta da Secretaria Municipal de Serviços Público;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais relativas à execução dos serviços, notadamente quando contiver conteúdo relativo à preservação do meio ambiente ou à saúde pública;

f) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados segundo a natureza dos serviços;

III - além das sanções cominatórias de caráter indenizatório previstas nos incisos I e II, serão aplicadas as seguintes multas:

a) atraso até 30 (trinta) dias: multa de 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;

b) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 15% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;

c) atraso superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: multa de 20% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;

d) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 20%;

e) paralisar a entrega do objeto contratado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 20%;

f) adulterar ou alterar características físicas do objeto contratado: multa de 20%;

g) entregar, como em bom estado ou verdadeiro, objeto contratado falsificado, furtado, deteriorado ou danificado e que cause danos à Administração: multa de 20%.

11.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo, respeitado o limite máximo estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21.

11.5. As multas a que se refere este item não impedem que a Administração extinga unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

11.6. A **FORNECEDORA** responderá pela multa, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

11.7. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **FORNECEDORA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



11.8. Nenhum pagamento isentará a **FORNECEDORA** das suas responsabilidades na execução do objeto, as quais prevalecerão até a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia do produto, quando for o caso.

11.9 Não será efetivado qualquer pagamento à **FORNECEDORA** enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.

11.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela **FORNECEDORA** e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração cancele esta Ata de Registro de Preços.

11.11 O cancelamento do registro, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

11.12 O procedimento para aplicação de penalidade de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais é conduzido pela Administração, e a penalidade aplicada pela Autoridade Competente.

## 12 – CANCELAMENTO

### 12.1 DO REGISTRO DO FORNECEDOR

12.1.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado sem justificativa, na hipótese deste se tornar superior ao preço praticado no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.1.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” deste item será formalizado pela SEMGE, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 12.2 DO REGISTRO DE PREÇO

12.2.1 O registro de preços poderá ser cancelado na hipótese prevista no subitem 9.1 ou, ainda, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por motivo de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

12.2.2 O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador, nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.

## 13 – DOCUMENTAÇÃO

13.1 A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes, que fazem parte deste instrumento independente de transcrição:

- a) Processo Administrativo nº **6562/2025**
- b) Edital de **PREGÃO N.º 000/2026 (ELETRÔNICO)** e anexos;



c) Proposta do PROMITENTE FORNECEDOR apresentada em .... /.... /.....

#### **14 – DOS FISCAIS E GERENTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

##### **Gestor da Ata de Registro de Preço:**

Anderson Lopes dos Santos – Matrícula: 835640

#### **15 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 Fica eleito o foro da Cidade de Candeias, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Candeias, ..... de ..... de .....

**MUNICÍPIO DE CANDEIAS/BAHIA**  
John Kleber Machado da Cunha  
**Secretário Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia**

**EMPRESA**  
**PROMITENTE FORNECEDOR**